

OLINTO, Beatriz Anselmo. Pontes e Muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX. Guarapuava: Unicentro, 2007.

Silvia Danielle Schneider¹

A obra resenhada discute o tema da doença, especificamente a lepra – hoje nomeada hanseníase –, porém, refletindo sobre um horizonte mais amplo, que é a questão da identidade. Trata-se de “Pontes e Muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX”, livro que resulta da tese de doutorado apresentada em 2002, na Universidade Federal de Santa Catarina, por Beatriz Anselmo Olinto, professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste - PR.

Interessada, desde o seu mestrado, em problematizações relacionadas à saúde e a doença, quando debruçou-se sobre a análise da epidemia de gripe espanhola², em “Pontes e Muralhas”, a autora buscou nos conflitos que apontam para a diferença, a relação entre o “nós” e o “outro”, para perceber como esses discursos eram construídos em relação a lepra.

Em fins do século XIX e início do século XX, como aponta Olinto, os discursos cientificistas, higienistas e eugenistas passaram a compor um novo horizonte de perspectivas teóricas e práticas de percepção da sociedade. A partir do suporte de tais discursos indivíduos considerados diferentes, ou por portarem uma determinada doença ou por serem de grupos étnicos distintos, passaram a ser estigmatizados e reprimidos. Compreender esse processo foi o objetivo principal da autora em sua obra.

Olinto busca em diversas fontes, tanto escritas como imagéticas, meios para pensar, analisar e compreender o seu tema de estudo. Assim, utiliza jornais, livros oficiais, obras de profissionais ligados a saúde, como de Heráclides César de Souza-Araújo, importante hansenologista paranaense, problematizando algumas fotografias presentes na obra do referido médico.

Nas primeiras décadas do século XX o tratamento da lepra passou por diversas transformações, preconizando-se que o indivíduo com sintomas da doença, deveria ser isolado, mantido distante das pessoas sadias. Para tanto, no Brasil foi instituída em 1926 uma lei que obrigava que todos os doentes de lepra e os que apresentavam sinais de que poderiam desenvolver a doença fossem

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Deste interesse resultou a dissertação de mestrado “Uma cidade em tempo de epidemia: Rio Grande e a gripe espanhola”, defendida em 1996, na Universidade Federal de Santa Catarina.

internadas em hospitais colônias ou leprosários, locais que dispunham de uma grande estrutura, contando com casas, pavilhões, cinema, igreja, teatro, cadeia, além de enfermarias.

A lepra ultrapassa a categoria de doença, pois se relaciona com questões de pureza/impureza, bem/mal, ordem/desordem. Assim, quando um indivíduo era diagnosticado com a doença ele passava a ser considerado simplesmente um "leproso" e deveria ser isolado, mantido longe da comunidade. Percebendo isso, Olinto procura refletir sobre questões identitárias do doente, notando que a nova identidade do indivíduo com lepra estava vinculada com a sua enfermidade. Os doentes de lepra não possuem nome, são majoritariamente referidos como "portadores do mal de Hansen" ou "leproso".

A autora inspira-se no filósofo Nietzsche e utiliza como metáfora, o texto de Sófocles – "Antígona" –, para demonstrar que no momento em que os sinais da lepra apareciam, o indivíduo tinha sua vida transformada em uma tragédia, configurando vivências trágicas na modernidade. Parafraseando Werner Jaeger, Olinto aponta, "Em parte é disso que trata o presente livro, sobre vida e sofrimento, pois que o trágico nada mais é que 'a impossibilidade de evitar a dor. É esse o rosto inevitável do destino, do ponto de vista humano.'" (p. 20)

Como fundamentação teórica Olinto apóia-se, principalmente, em obras do filósofo Michel Foucault, ao tratar de questões como a disciplinarização, a normatização, a produção do saber médico/científico, a relação de sujeição que envolve os doentes de lepra, e os meios desenvolvidos por esses indivíduos de burlar as normas estabelecidas no interior dos hospitais colônias. A autora discute também com diversos autores brasileiros, como o historiador Ítalo Tronca, um dos precursores no Brasil, juntamente com a própria autora, das discussões sobre a doença. Em sua obra publicada em 2000, "As Máscaras do Medo: Leproids", Tronca estudou as representações sobre a lepra a partir do século XIX e sobre a AIDS no final do século XX, utilizando, principalmente, a literatura de ficção.

A obra divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, Olinto reflete sobre a questão identitária na cidade de Guarapuava-PR. A autora busca compreender como os discursos que apontam para a diferença tomam forma, tendo como foco principal a questão da lepra, mas também aponta para os conflitos étnicos, os quais revelam o "choque" entre os "diferentes".

Uma das principais fontes utilizadas pela autora no primeiro capítulo é o jornal "O Guayra", fundado em fins do século XIX em Guarapuava. Este, considerando as três raças formadoras do povo brasileiro (os aborígenes, que seriam os indígenas, os negros, trazidos como escravos para o país e os portugueses), questionava quem trouxe a lepra para o Brasil. A conclusão é que a doença teria vindo com os portugueses, já que entre eles, poderia vir para o país "qualquer um". A análise dos discursos vinculados pelo jornal encaminha a percepção de que a doença é um mal que vem de fora, pertence aos "outros".

Assim como a lepra se configura como um mal que veio para o Brasil entre os europeus, os discursos eugenistas apontam a lepra como um perigo

para a raça. Em fins do século XIX e início do século XX, a figuração da ciência como um conhecimento com maior relevância frente aos demais assume cada vez mais espaço nos meios acadêmicos e também no social. Diversas formas de pensamento, embasadas no conhecimento científico, surgem nesse momento. A eugenia é um exemplo, surgindo em defesa de um melhoramento biológico da humanidade através do controle da hereditariedade.

Entre os anos de 1919 e 1927, o processo de normatização sobre os doentes de lepra passa a ser mais intenso. Em 20 de outubro de 1926 foi inaugurado no Paraná o Leprosário São Roque, no município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, que passou a centralizar o atendimento e isolamento dos casos da doença.

Levado o “problema” da lepra para longe, pois Piraquara fica cerca de 300 km de Guarapuava, outras questões passam a ser destaque na imprensa de Guarapuava, por exemplo, o conflito entre imigrantes sírios e poloneses. Naquele momento os holofotes haviam mudado de direção, apontando para o processo migratório. A autora demonstra a relação desses novos questionamentos com a lepra, percebendo que assim como a doença, tantas vezes apresentada através de termos pejorativos ou que envolviam questões raciais, a imigração também era permeada por questionamentos sobre a pureza, a qualificação, o choque entre o “nós” e o “eles”.

No segundo capítulo, a autora discute a expansão de discursos biologizantes sobre as populações, centrando seu olhar no papel da medicina. Olinto parte de questões mais amplas sobre a influência da eugenia na medicina, apontando como os discursos eugênicos eram percebidos no tocante a lepra no Paraná. Em diversas áreas do conhecimento a “questão da raça” estava em discussão, mas fincou bases na medicina. Para visualizar tal quadro, a autora apresenta o pensamento de médicos como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Renato Kehl. O último deles foi o principal eugenista brasileiro, que percebia a intervenção da eugenia na sociedade como fundamental, caso contrário o futuro seria composto por uma sociedade degenerada.

Neste capítulo, Olinto aponta que o indivíduo doente era destituído de voz, pois sua enfermidade o caracterizava como diferente, aparecendo como objeto a ser manipulado pelo saber científico. Um bom exemplo desta postura foi o estabelecimento na legislação paranaense, desde 1918, da obrigatoriedade de comunicar os casos de lepra às autoridades sanitárias, tanto pelos médicos como pelos familiares dos doentes. Descoberta a enfermidade, o doente passava a ser controlado e seus filhos eram separados, passando a ser responsabilidade do Estado.

Na cidade de Guarapuava, foco da análise da autora, foi construído um posto de Profilaxia Rural, com o intuito de centralizar as medidas de controle da doença. A cidade possuía um elevado índice de casos, mas havia o medo na localidade que o posto atraísse mais leprosos, ou até mesmo um Lazarópolis, sinônimo de Leprosário ou Hospital-Colônia. A fundação do Leprosário em Piraquara significaria um alívio, pois a doença e seus doentes ficariam, pelo

menos, longe dos olhos. "O aspecto espacial foi fundamental, pois nele parece ter se materializado o desejado distanciamento do outro, ou melhor, o seu suposto desaparecimento." (p. 154)

A autora apresenta ainda, neste capítulo, alguns discursos médicos que passaram a defender a adoção de medidas isolacionistas em relação à lepra, após a descoberta da bactéria causadora da doença em fins do século XIX. No Brasil, o médico Heráclides César de Souza-Araújo, constitui-se como uma figura importante de referência no estudo e combate a doença na primeira metade do século XX, percorrendo diversos lugares do país e construindo um plano de profilaxia para a doença. Fotografias médicas de Souza-Araújo, presentes no livro "A profilaxia rural no estado do Paraná", são utilizadas por Olinto para refletir sobre questões identitárias dos indivíduos com lepra. Nas fotografias se percebe que os doentes não eram identificados pelos nomes, estes recebiam a designação de acordo com a doença que tinham, ou seja, eram leproso. Muitas fotografias focavam somente partes do corpo, demonstrando a fragmentação do doente, sua coisificação. Já os médicos, ao serem retratados, apareciam exercendo atividades de erudição, em seus locais de trabalho, como na pose "trabalhando no escritório" (p.165), justificando e reforçando o poder que estes exerciam sobre os doentes.

No terceiro capítulo, Olinto problematiza o espaço de isolamento construído no Paraná para abrigar as pessoas que apresentavam sintomas da lepra ou já haviam desenvolvido a doença. Assim, o Hospital São Roque, atualmente denominado Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, passa a ser o foco da atenção da autora, discutindo sobre as vidas que se construíram no isolamento.

A inauguração do leprosário, segundo Olinto, restringia o doente aquele espaço, tornando a doença invisível ao mundo exterior. Nesse local, os indivíduos eram separados, mantidos longe do contato externo, e mais do que uma forma de curar a doença, o isolamento se configurava como uma forma de mandar para fora das cidades um problema. Os discursos médicos e de autoridades políticas, como aponta a autora, enfatizavam a necessidade da existência do Hospital, na medida em que a lepra fora construída como um inimigo que deveria ser combatido. Em nome dos "sãos" os "doentes" deveriam ser separados.

Dessa forma, muitas vidas se construíram no isolamento e muitas dessas vidas ainda permanecem restritas aos muros do Hospital. No momento em que os internamentos deixaram de ser obrigatórios e os pacientes poderiam deixar o local, muitos não tinham para onde ir e, assim, permaneceram vivendo no São Roque.

O isolamento passou a ser questionado após a década de 1940, momento em que são introduzidas novas formas de tratar a doença, com a utilização das sulfonas. Diante desse novo quadro, o isolamento passou a ser percebido como desnecessário, e o São Roque passou por reestruturações. Olinto aponta que as sulfonas trouxeram transformações no tocante ao isolamento, mas o estigma que permeava a doença não diminuiu.

A autora discute, ao longo da obra, a questão da identidade, sendo esta

vinculada aos conflitos entre diferentes, como os “doentes e sãos” e “grupos étnicos diferenciados que partilham do mesmo espaço”. Assim, finalizando “Pontes e Muralhas” a autora coloca duas passagens que apontam a atualidade das questões discutidas na obra.

A primeira se refere ao discurso de um jornal de Guarapuava, que no aniversário da cidade, em 1998, apontava para o encontro das etnias que compunham a cidade, definindo quais seriam estas, mas ao mesmo tempo “compondo um quadro de nuances, clivagens, falas e silêncios entre os grupos humanos muito mais amplo.” (p. 247) Assim, a busca pela construção de uma identidade na cidade é constante. O apontamento feito pelo jornal faz parecer que o “encontro das etnias” ocorreu sem conflitos, questão essa que a autora problematiza ao longo de toda sua obra.

A segunda passagem refere-se ao projeto que visava a revitalização do Hospital São Roque, por volta de 1998, para transformá-lo no Parque da Saúde São Roque, espaço para realização de atividades recreativas, conferências, laboratórios, etc. Porém, o projeto esquecia que haviam muitos moradores no local e que o hospital continuava atendendo os inúmeros casos de hanseníase existentes no estado. O projeto acabou sendo abandonado devido a sua inviabilidade.

Por tudo que se apontou nesta resenha, considera-se “Pontes & Muralhas” um estudo de extrema importância para todos que discutem problemáticas relacionadas a questão da identidade, bem como uma contribuição original para o estudo da temática da doença e da saúde, apontando para diversas possibilidades de problematizar questões referentes ao tema.

Referência Bibliográfica

TRONCA, Ítalo. **As Máscaras do Medo: lepraids**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

Resenha recebida em 30/09/2009

Resenha aceita em 18/12/2009